



PROSPECTO

BNP PARIBAS TOTAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO

CNPJ: 07.657.633/0001-16

Base Legal

Os Fundos de Investimento são regidos pela Instrução CVM Nº 409 de 18 de Agosto de 2004 e alterações posteriores.

Conversão / Liquidação

Aplicação: D0
Resgate: D0 / D1

Classificação CVM: Multimercado

Regime de Cota: Fechamento

Classificação ANBIMA: Multimercados
Multiestratégia

IMPORTANTE

“ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA A INDÚSTRIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO AS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). A CONCESSÃO DE REGISTRO PARA VENDA DE COTAS DESTES FUNDOS NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM E DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU ADEQUAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO OU DO SEU PROSPECTO À LEGISLAÇÃO VIGENTE OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO OU DE SEU ADMINISTRADOR, GESTORA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS.”

“O FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR DO FUNDO, DA GESTORA DA CARTEIRA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.”

“A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.”

“ESTE FUNDO DE COTAS APLICA EM FUNDO DE INVESTIMENTO QUE UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO.. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS, PODENDO INCLUSIVE ACARRETER PERDAS SUPERIORES AO CAPITAL APLICADO E A CONSEQUENTE OBRIGAÇÃO DO COTISTA DE APORTAR RECURSOS ADICIONAIS PARA COBRIR O PREJUÍZO DO FUNDO.”

“O INVESTIMENTO NO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE A GESTORA DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE



GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO DE INVESTIMENTO E PARA O INVESTIDOR.”

“ESTE FUNDO DE COTAS APLICA EM FUNDO DE INVESTIMENTO QUE ESTÁ AUTORIZADO A REALIZAR APLICAÇÕES EM ATIVOS FINANCEIROS NO EXTERIOR.”

“ESTE FUNDO DE COTAS APLICA EM FUNDO DE INVESTIMENTO QUE PODE ESTAR EXPOSTO A SIGNIFICATIVA CONCENTRAÇÃO EM ATIVOS DE RENDA VARIÁVEL DE POUCOS EMISSORES, APRESENTANDO OS RISCOS DAÍ DECORRENTES.”

“ESTE FUNDO DE COTAS APLICA EM FUNDO DE INVESTIMENTO QUE PODE DETER MAIS QUE 30% DE SEU PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DE EMISSORES PRIVADOS, OU DE EMISSORES PÚBLICOS OUTROS QUE NÃO A UNIÃO FEDERAL.”

“ESTE FUNDO DE COTAS APLICA EM FUNDO DE INVESTIMENTO QUE BUSCA MANTER UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA COTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR.”

“O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AO INVESTIDOR DESTES FUNDOS DEPENDE DO PERÍODO DE APLICAÇÃO DO INVESTIDOR BEM COMO DA MANUTENÇÃO DE UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS. ALTERAÇÕES NESTAS CARACTERÍSTICAS PODEM LEVAR A UM AUMENTO DO IR INCIDENTE SOBRE A RENTABILIDADE AUFERIDA PELO INVESTIDOR.”

“NÃO HÁ GARANTIA DE QUE ESTES FUNDOS TERÃO O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO PARA FUNDOS DE LONGO PRAZO.”

“AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO, PORÉM NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTES FUNDOS QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE ESTES FUNDOS ESTÃO EXPOSTOS.”



Público Alvo

O BNP Paribas Total Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado, doravante FUNDO, é destinado a investidores em geral, que aceitem maiores riscos e possam suportar perdas substanciais ou mesmo perdas superiores ao capital investido.

Objetivo de Investimento

O objetivo precípuo do FUNDO é atuar no sentido de proporcionar a seus cotistas valorizações de suas cotas mediante aplicações de recursos financeiros em carteira diversificada de ativos financeiros, de modo a obter rentabilidade superior ao CDI.

A alocação do FUNDO deverá obedecer as limitações previstas no Regulamento, neste Prospecto e na regulamentação em vigor, principalmente no que tange a categoria a que o FUNDO pertence.

Para os fins deste Prospecto, consideram-se ativos financeiros aqueles elencados no § 1º do artigo 2º da Instrução CVM nº 409/04 e alterações posteriores.

Política de Investimento

O FUNDO deverá aplicar no mínimo 95% do patrimônio líquido em cotas de Fundos de Investimento conforme definido na Instrução CVM nº 409 e alterações posteriores. Os restantes 5% do patrimônio, poderão ser mantidos em depósito à vista ou aplicados em :

- Títulos Públicos Federais;
- Títulos de Renda Fixa de emissão de instituição financeira; ou
- Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

O FUNDO poderá aplicar até 100% em cotas de um único fundo de investimento, incluindo aqueles administrados pelo ADMINISTRADOR, GESTORA ou empresas a eles ligada.

O FUNDO investe preponderantemente no BNP Paribas Strategie Total Fundo de Investimento Multimercado, doravante FI STRATEGIE TOTAL, cuja política de investimento é a de investir em ativos financeiros disponíveis no mercado financeiro e de capitais sem o compromisso de concentração em nenhum fator de risco em especial. Além disso, o FI STRATEGIE TOTAL adota as seguintes políticas gerais:

- Tem como principal estratégia utilizar instrumentos de derivativos de taxas de juros, câmbio, crédito, inflação e bolsa de valores, podendo ainda utilizar instrumentos referenciados em cotações do mercado internacional tais como, e não se limitando à, taxas de câmbio entre moedas, taxas de juros internacionais, índices de ações globais, índices de preços de commodities e metais preciosos;
- Investir parcela significativa de sua carteira em títulos públicos federais;
- Investir de maneira seletiva em títulos de renda fixa de emissores privados, tais como debêntures, notas promissórias, certificados de depósito e operações compromissadas, bem como em outros instrumentos de investimento de renda fixa, tais como operações à termo, além de posições em mercados de liquidação futura;
- Está autorizado a investir em ativos financeiros negociados no exterior;
- Pode, através do uso de derivativos, realizar operações em valor superior ao seu patrimônio cujos níveis de exposição em mercados de risco não gerem depósito de margem superior a 100% do referido patrimônio.
- O ADMINISTRADOR e a GESTORA estão autorizados a atuar, direta ou indiretamente, como contraparte em operações da carteira do FI STRATEGIE TOTAL.

Limites de concentração por emissor aplicáveis ao FI STRATEGIE TOTAL:

Emissor	Limite
União Federal;	100%
Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen;	20%
Companhia aberta;	10%



Fundo de Investimento, exceto os classificados como "Dívida Externa" e de cotas de fundos de investimento sediados no exterior;	10%
Pessoa física ou jurídica de direito privado.	5%

Importante: O FI STRATEGIE TOTAL não estará sujeito aos limites por emissor quando se tratar de ativos de Renda Variável. O FI STRATEGIE TOTAL poderá estar exposto a significativa concentração em ativos de poucos emissores, apresentando os riscos daí decorrentes;

Limite de Concentração por modalidade de ativo financeiro aplicáveis ao FI STRATEGIE TOTAL:

Ativo Financeiro	Mínimo	Máximo
I - Títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos;	0%	100%
II - Ouro, desde que adquirido ou alienado em negociações realizadas em bolsas de mercadorias e futuros;	0%	100%
IV - Valores mobiliários diversos, desde que registrados na CVM e objeto de oferta pública de acordo com a Instrução CVM nº 400, de 2003, observado, ainda, o disposto no inciso II, do §10 do artigo 86 da Instrução CVM nº 409/04 e alterações posteriores	0%	100%
V - Títulos de responsabilidade de emissores privados, ou de emissores públicos outros que não a União Federal;	0%	50%
VI - FIs, FICs, FIs, cotas de fundos de índice admitidos à negociação em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado; CRIs; outros ativos financeiros não previstos acima, desde que permitidos no § 1º do artigo 2º da Instrução CVM nº 409/04 e alterações posteriores;	0%	20%
VII - Ativos financeiros negociados no exterior;	0%	20%
VIII - Ativos Financeiros de emissão do ADMINISTRADOR, da GESTORA ou de empresa eles ligada.	0%	20%

Não haverá limite de concentração por modalidade de ativo financeiro para o investimento em Contratos Derivativos, exceto se referenciados nos ativos listados no item VI acima.

Processo de Seleção de Ativos

O processo de seleção de ativos de Fundos de Investimento administrados tanto pelo ADMINISTRADOR, como por outras instituições tem início através de uma criteriosa análise quantitativa levando-se em conta, mas não se limitando à rentabilidade ajustada ao risco, volatilidade e evolução do patrimônio do FUNDO. Posteriormente, o processo é seguido de uma análise qualitativa onde são atribuídas "notas", de 1 a 10, adotando quatro critérios com pesos diferentes: (i) experiência da equipe de gestão de carteira dos Fundos de Investimento; (ii) estrutura dos gestores de carteira dos Fundos de Investimento; (iii) transparência das informações; e (iv) adequação às normas de controles internos - compliance. De ambas as análises mencionadas, resulta-se a pré-seleção dos Fundos de Investimento que poderão compor a carteira do FUNDO, os quais são finalmente submetidos ao Comitê de Aprovação .

Riscos assumidos pelo FUNDO

O FUNDO investe seus recursos preponderantemente no FI STRATEGIE TOTAL, que assume os riscos descritos a seguir:

- Risco de Mercado: consiste na variação dos preços dos ativos decorrentes das condições de mercado quando de sua negociação. Como o FI STRATEGIE TOTAL contabiliza seus ativos pelo "valor de mercado", poderá haver variação expressiva no preço dos títulos entre a data de sua emissão ou aquisição e a de resgate ou vencimento. As oscilações poderão ocorrer em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos emissores dos ativos da carteira do FI STRATEGIE TOTAL. Nessas circunstâncias, o patrimônio líquido do FI STRATEGIE TOTAL pode ser afetado negativamente. A queda dos preços dos ativos integrantes da carteira pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados. Em determinados momentos de mercado, a volatilidade dos preços dos ativos, passivos e dos derivativos pode ser elevada, podendo acarretar oscilações bruscas no resultado do FI STRATEGIE TOTAL.



- Risco de Crédito: consiste no risco de inadimplência por parte das contrapartes e dos emissores dos títulos componentes da carteira do FI STRATEGIE TOTAL, não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas, podendo resultar em perda dos rendimentos e do capital investido pelo FI STRATEGIE TOTAL. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos títulos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez. O FI STRATEGIE TOTAL poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários.
- Risco de Liquidez: É caracterizado pela redução acentuada ou mesmo pela falta de demanda pelos ativos componentes da carteira do FI STRATEGIE TOTAL, dificultando ou impedindo a venda de posições pela GESTORA no preço e no momento desejado. A ausência e/ou diminuição da “liquidez” pode produzir perdas para o FI STRATEGIE TOTAL e/ou a incapacidade, pelo FI STRATEGIE TOTAL, de liquidar e/ou precificar adequadamente determinados ativos.
- Risco de Derivativos: Os derivativos são contratos de liquidação futura que podem apresentar, durante períodos de tempo indeterminado, comportamento diversos dos ativos nos quais são referenciados, visto que seu preço é decorrente de diversos fatores baseados em expectativas futuras. O FI STRATEGIE TOTAL pode utilizar derivativos para alavancar sua carteira, o que pode causar variação significativa na rentabilidade do FI STRATEGIE TOTAL, inclusive perdas superiores ao patrimônio do FUNDO. Adicionalmente, os derivativos são negociados em bolsas ou em mercado de balcão, que significa para o FUNDO: (i) a necessidade de manter parte de sua carteira de títulos depositada em margens de garantia, inclusive sujeito a chamadas adicionais de margens; e (ii) a vinculação dos eventuais valores a receber destes contratos aos sistemas de garantias das bolsas ou dos contratos de balcão em que o FI STRATEGIE TOTAL for contraparte.
- Risco de Mercado Externo: O FI STRATEGIE TOTAL poderá manter em sua carteira ativos financeiros negociados no exterior e, conseqüentemente, sua performance pode ser afetada por requisitos legais ou regulatórios, por exigências tributárias relativas a todos os países nos quais o FI STRATEGIE TOTAL invista ou, ainda, pela variação do Real em relação a outras moedas. Os investimentos do FI STRATEGIE TOTAL estarão expostos a alterações nas condições política, econômica ou social nos países onde investe, o que pode afetar negativamente o valor de seus ativos. Podem ocorrer atrasos na transferência de juros, dividendos, ganhos de capital ou principal, entre países onde o FI STRATEGIE TOTAL invista e o Brasil, o que pode interferir na liquidez e no desempenho do FI STRATEGIE TOTAL. As operações do FI STRATEGIE TOTAL poderão ser executadas em bolsa de valores, de mercadorias e futuros ou registradas em sistemas de registro, de custódia ou de liquidação de diferentes países que podem estar sujeitos a distintos níveis de regulamentação e supervisionados por autoridades locais reconhecidas, entretanto não existe maneira de garantir o mesmo padrão de conduta em diferentes mercados e nem, tampouco, a igualdade de condições de acesso aos mercados locais.
- Risco de Enquadramento Fiscal: em função do objetivo da GESTORA em perseguir uma tributação definida como “Longo Prazo” (ver “Regras de Tributação – Tributação Aplicável ao FI STRATEGIE TOTAL e a seus Cotistas), o FI STRATEGIE TOTAL poderá sofrer de modo mais acentuado o impacto de uma eventual depreciação no valor de mercado dos títulos de maior prazo de resgate, até que a GESTORA decida por reduzir o prazo médio do FI STRATEGIE TOTAL. Tal redução, no entanto, poderá implicar em aumento de tributação para os cotistas, independente do prazo de permanência no FI STRATEGIE TOTAL.

Além dos riscos acima, o FI STRATEGIE TOTAL poderá estar sujeito a outros riscos inerentes à aplicação em ativos financeiros em geral que podem afetar adversamente o desempenho do FI STRATEGIE TOTAL e suas características operacionais.



Política de Administração de Risco

O FUNDO investe seus recursos preponderantemente no FI STRATEGIE TOTAL, cuja política de administração de riscos é descrita a seguir:

- **Risco de Mercado:** O gerenciamento do risco de mercado assumido pelo FI STRATEGIE TOTAL é efetuado principalmente através de duas medidas: perda esperada em cenários de stress (Stress testing) e V@R (Value at Risk). A perda esperada em cenários de stress é calculada através da simulação dos efeitos produzidos na carteira frente a cenários de mercado adversos. Os referidos cenários estão baseados no modelo de margens da BM&F que são definidos através do Comitê de Risco da GESTORA, e projetam oscilações máximas e mínimas para os mercados em que o FI STRATEGIE TOTAL atua. Adicionalmente o gerenciamento de risco é efetuado através da utilização de modelos estatísticos que visam projetar, em condições normais de mercado, a máxima perda provável para o portfólio de investimentos do FI STRATEGIE TOTAL, num dado horizonte de tempo, para um intervalo de confiança definido (V@R – Value at Risk). Estas simulações são efetuadas em base diária, de modo a projetar o risco assumido pelo FI STRATEGIE TOTAL com base em sua carteira atualizada. Embora a GESTORA empregue toda diligência para manter as metodologias descritas acima em linha com as melhores técnicas de gerenciamento de risco, dada a natureza estatística destas técnicas nenhuma garantia pode ser dada nem pela GESTORA pelo ADMINISTRADOR de que a perda máxima seja inferior à 20%, seja pela impossibilidade das técnicas de gestão de risco de projetar todos os comportamentos do mercado bem como pela impossibilidade da GESTORA modificar a composição da carteira do FI STRATEGIE TOTAL no sentido de reduzir sua exposição ao risco, em função da eventual redução da liquidez dos ativos e derivativos que podem integrar a carteira ou por outros motivos alheios à vontade da GESTORA e do ADMINISTRADOR.
- **Risco de Crédito:** A GESTORA utiliza uma política de atribuição de limites proporcionais à sua avaliação da qualidade do crédito dos títulos e emissores. Essa política contempla os seguintes critérios:
 - Limite (em percentual do patrimônio do FI STRATEGIE TOTAL) por emissor ou título;
 - Limite (em Reais) por emissor;
 - Limite (em percentual do patrimônio do FI STRATEGIE TOTAL) por emissor ou títulos na mesma categoria;
 - Limite (em percentual) do montante da emissão ou do patrimônio do emissor.

O FI STRATEGIE TOTAL não adota nenhuma política específica para administrar os demais riscos. Independente do sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas superiores ao capital investido para o investidor e patrimônio líquido negativo para o FI STRATEGIE TOTAL.

Percentual máximo de cotas que pode ser detido por um único cotista

O FUNDO não possui restrição quanto ao limite de cotas que pode ser detido por um único cotista.

Regras de Movimentação

- Aplicações podem ser efetuadas até às 15:30 horas e serão convertidas em cotas com base no valor da cota do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao ADMINISTRADOR.
- Os resgates deverão ser solicitados até às 15:30 horas e serão efetivados no 1º dia subsequente ao da respectiva solicitação, devendo ser utilizado no resgate o valor da cota em vigor no próprio dia da solicitação.
- Para fins de resgate, as cotas do FUNDO terão seu valor diariamente atualizado, contado da data da emissão das cotas.
- Quando a solicitação, conversão ou liquidação de resgate coincidir com feriado estadual e/ou municipal onde estiver sediado o ADMINISTRADOR, as mesmas poderão ser efetivadas no 1º dia útil subsequente.
- Valor mínimo de aplicação inicial : R\$ 5.000,00
- Valor máximo de aplicação : não há
- Valor mínimo de movimentação : R\$ 5.000,00
- Saldo mínimo : não há



Possibilidade de fechamento do FUNDO:

- É facultado ao ADMINISTRADOR suspender, a qualquer momento, novas aplicações no FUNDO, desde que tal suspensão se aplique indistintamente a novos investidores e cotistas atuais.
- Em casos excepcionais de iliquidez de ativos componentes da carteira do FUNDO, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar na alteração do tratamento tributário do FUNDO ou do conjunto dos cotistas, em prejuízo destes últimos, o ADMINISTRADOR poderá declarar o fechamento do FUNDO para realização de resgates, sendo obrigatória a convocação de Assembléia Geral Extraordinária.
- O ADMINISTRADOR poderá, inclusive em feriados municipais e estaduais na sede do ADMINISTRADOR, suspender ou recusar a admissão de novos condôminos e/ou o recebimento de novos depósitos, no todo ou em parte, em defesa dos interesses do FUNDO, sem que para tanto necessite apresentar qualquer tipo de justificativa e desde que a suspensão se aplique indistintamente a novos investidores e cotistas atuais.

Taxas

- Taxa de administração: O FUNDO tem taxa de administração de 2,00% a.a., calculada de forma exponencial por dias úteis sobre o patrimônio líquido diário (base 252 dias). A taxa de administração é apropriada diariamente e o pagamento é efetuado mensalmente pelo FUNDO ao ADMINISTRADOR e demais prestadores de serviços.
- Taxa de Performance: Será cobrada taxa de performance de 20%, semestralmente no último dia útil dos meses de dezembro e junho ou no resgate total ou parcial das cotas (o que ocorrer primeiro), sobre a rentabilidade da carteira líquida de taxa de administração e despesas que exceder à variação do CDI Cetip. A fórmula para cálculo da taxa de performance é : $TD = \{VA - [VB \times (1+CDI)]\} \times 20\%$

TD = Taxa de desempenho

VA = Valor atualizado do investimento após a dedução de todas as despesas, inclusive da taxa de administração na data base da apuração da taxa de desempenho.

VB = Valor base, representado pelo valor do investimento corrigido pela variação do CDI CETIP no período entre a data de aquisição das cotas e a última data base de apuração da taxa de desempenho; ou o valor atualizado do investimento na data em que tenha havido a última cobrança efetiva da taxa de desempenho; ou o valor do investimento caso a data de aquisição de cotas seja posterior a data da última apuração da taxa de desempenho.

CDI = Variação percentual do CDI CETIP desde a data da última apuração da taxa de desempenho; ou variação percentual do CDI CETIP desde a data de aquisição de cotas quando esta for posterior a data da última apuração da taxa de desempenho, ambos representados pelo produtório de 100% das taxas diárias do CDI CETIP

CDI CETIP = Variação percentual do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, divulgada pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Será calculada individualmente em relação a cada cotista e, separadamente por nota de aquisição de cotas. Considera-se nota de aquisição de cotas a totalidade de cotas adquiridas numa mesma data. A taxa de performance será devida sempre que o valor resultante da fórmula acima for positivo e que o valor da cota do FUNDO for superior ao seu valor por ocasião da última cobrança efetuada. A taxa de desempenho será apropriada por dia útil como despesa do FUNDO e conseqüentemente refletida no valor divulgado da cota.

- Taxas de Ingresso e Saída: não há

Constituirão encargos do FUNDO, além das taxas acima, as seguintes despesas, que lhe poderão ser debitadas pelo ADMINISTRADOR:

- Taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos, obrigações e operações dos FUNDO;



- Despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento do FUNDO ou na legislação pertinente;
- Despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos condôminos;
- Honorários e despesas com auditores encarregados da revisão das demonstrações financeiras e contas do FUNDO, da análise de sua situação e da atuação do ADMINISTRADOR;
- Emolumentos e comissões pagas sobre as operações do FUNDO;
- Honorários de advogados, custas e despesas processuais correlatas feitas em defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação caso o FUNDO venha a ser vencido;
- Parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;
- Despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto do FUNDO pelo ADMINISTRADOR ou por seus representantes legalmente constituídos, em assembleias gerais das companhias nas quais o FUNDO detenha participação;
- Despesas com custódia e liquidação de operações com títulos mobiliários de demais ativos financeiros;
- Despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores imobiliários;

As despesas acima relacionadas estão disponíveis para todos os cotistas nas demonstrações financeiras do FUNDO e poderão ser solicitadas ao ADMINISTRADOR a qualquer momento. Diariamente é divulgada a cota FUNDO, que já se encontra líquida da Taxa de Administração e demais despesas. A cota divulgada não é líquida de impostos.

Breve Histórico do Administrador e do Gestora

Administrador: Banco BNP Paribas Brasil S.A., filial do BNP Paribas, instituição financeira internacional, maior banco privado da França e um dos maiores da Europa, presente em mais de oitenta países, no Brasil há mais de 50 anos através de um escritório de representação e desde 1996 como banco múltiplo. Em 10 de dezembro de 2008, a Standard & Poor's Rating Services, atribuiu em sua escala nacional o rating de crédito de contraparte 'brAAA' ao Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Gestora: BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda., empresa devidamente registrada por meio do Ato Declaratório CVM nº 5032 datado de 03/09/1998, é controlada pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A e pelo BNP Paribas Asset Management Group S.A.S., subsidiária do Grupo BNP Paribas para a gestão internacional de ativos. O BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda. iniciou suas atividades em junho de 1998 e conta com equipe especializada para atuar na gestão de ativos tanto no mercado interno, como no mercado externo, sendo uma das maiores gestoras de fundos de investimento do Brasil, segundo o ranking de gestão da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Regras de Tributação - Tributação aplicável ao FUNDO e a seus cotistas

A tributação aplicável ao FUNDO e a seus cotistas será aquela definida na legislação tributária em vigor no país. Na data de publicação deste prospecto, as tributações aplicáveis são:

- Imposto sobre Operações Financeiras – IOF: Incide sobre o valor do resgate da aplicação com alíquotas decrescentes, sendo a tributação limitada ao rendimento apurado, desde o 1º até o 29º dia a partir da data da aplicação.
- Imposto de Renda – Incide sobre o rendimento da aplicação, descontado o IOF, com alíquotas que vão de 22,5% a 15%, em função do prazo de permanência da aplicação e do prazo médio da carteira do FUNDO.
 - Situação A: Caso o prazo médio da carteira de títulos do FUNDO, definido de acordo com a legislação aplicável, seja inferior à 365 as alíquotas aplicáveis são:
 - I – 22,5em aplicações com prazo de até 180 dias;



II – 20% em aplicações com prazo acima de 181 dias.

Independentemente de resgates de cotas, incidirá IR sobre os rendimentos no último dia dos meses de maio e novembro de cada ano à alíquota de vinte por cento. Por ocasião dos resgates de cotas será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos itens I e II acima.

- Situação B: Caso o prazo médio da carteira de títulos do FUNDO, definido de acordo com a legislação aplicável, seja superior à 365 as alíquotas aplicáveis são:

I – 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;

II – 20% em aplicações com prazo de dias até 360 dias;

III – 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;

IV – 15% em aplicações com prazo acima de 720 dias.

Independentemente de resgates de cotas, incidirá IR sobre os rendimentos no último dia dos meses de maio e novembro de cada ano à alíquota de quinze por cento. Por ocasião dos resgates de cotas será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos itens I a IV acima.

Pode haver tratamento tributário diferente de acordo com a natureza jurídica do cotista ou de acordo com a natureza da operação contratada pelo FUNDO. O cotista que de acordo com a legislação fiscal e tributária não estiver sujeito à tributação do imposto de renda e do IOF por motivo de isenção, tributação pela alíquota zero, imunidade e outros, deverá apresentar ao ADMINISTRADOR documentação comprobatória da sua situação tributária conforme as determinações da legislação.

Política a ser adotada pelo ADMINISTRADOR quanto ao tratamento tributário perseguido

A GESTORA buscará, em conjunto com os objetivos de investimento do FUNDO, manter o prazo médio da carteira adequado à situação B. Não obstante, em função de condições de mercado e baseado na sua avaliação da conjuntura, a GESTORA poderá reduzir o prazo médio da carteira como estratégia de redução de risco da carteira do FUNDO. Neste caso, a tributação do FUNDO poderá ser a prevista na situação A.

Ressalvas Importantes sobre a Tributação:

Lembramos ao leitor deste prospecto que a legislação tributária brasileira tem sido modificada de modo muito frequente, inclusive através do uso de Medidas Provisórias. Dessa forma, nos comprometemos a atualizar o presente prospecto com a maior brevidade em caso de modificações legais, porém, por ocasião de resgate e/ou aplicação no FUNDO, recomendamos ao leitor que verifique o disposto na legislação fiscal vigente. As regras tributárias incidentes sobre Fundos de Investimentos são bastante complexas, e por mais que tenhamos tentado fazer uma síntese de suas principais características, por questões de espaço e clareza, não incluímos neste Prospecto todos os detalhes da legislação aplicável.

Portanto, recomendamos ao leitor verificar em detalhe qual a tributação aplicável antes de tomar a decisão sobre qual fundo investir.

Prestadores de Serviços

- Administrador: Banco BNP Paribas Brasil S/A;
- Gestora: BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.;
- Custodiante: Banco BNP Paribas Brasil S/A;
- Controlador: Banco BNP Paribas Brasil S/A;
- Distribuidor: O principal distribuidor do FUNDO é o Banco BNP Paribas Brasil S/A. Suas cotas também são distribuídas por outras instituições*;
- Responsável pelo registro escritural de cotas: Banco BNP Paribas Brasil S/A;
- Responsável pelas atividades de tesouraria e de controle e processamento dos títulos e valores mobiliários: Banco BNP Paribas Brasil S/A;
- Auditor Independente: KPMG Auditores Independentes;

* Detalhes podem ser obtidos junto à área de atendimento, cujas referências estão no final deste prospecto.



Política de Exercício de Voto

A GESTORA adota Política de Exercício de Direito de Voto em Assembléias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. Referida política orienta as decisões da GESTORA em Assembléias de detentores de títulos e valores mobiliários que confirmam ao FUNDO o direito de voto. Sua versão integral pode ser acessada através do site www.bnpparibas.com.br.

A Política de Exercício do Direito de Voto adotada pela GESTORA visa atender exclusivamente os interesses dos cotistas dos fundos, levando em conta as melhores práticas de governança. A GESTORA pode abster-se do exercício de voto obedecendo as exceções previstas no Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas e na sua Política de Exercício de Voto.

Política de Distribuição de Resultados

O FUNDO, incorporará dividendos, juros sobre capital próprio ou outros rendimentos porventura advindos de ativos e/ou operações que integrem a carteira do FUNDO, ao seu patrimônio líquido. Não há previsão para amortização de cotas do FUNDO.

Exercício Social

Os resultados do FUNDO em exercícios anteriores (resultados do FUNDO, demonstrações contábeis, relatórios do ADMINISTRADOR e demais documentos, podem ser obtidos junto à área de atendimento, cujas referências estão no final deste prospecto.

Política de Divulgação de Informações

O ADMINISTRADOR do FUNDO está obrigado a:


- I – divulgar, diariamente, o valor da cota e do patrimônio líquido do FUNDO;
- II – remeter mensalmente aos cotistas extrato da conta, salvo se o cotista expressamente optar pelo não recebimento;
- III – disponibilizar, de forma equânime entre todos os cotistas, as informações do FUNDO, inclusive as relativas à composição da carteira, mensalmente e em até 10 dias após o encerramento do mês a que se referir;

O ADMINISTRADOR adota ainda as seguintes práticas:

- Caso o FUNDO possua posições ou operações em curso que possam vir a ser prejudicadas pela divulgação prevista no inciso III acima e no parágrafo terceiro abaixo, o demonstrativo da composição da carteira poderá omitir a identificação e quantidade das mesmas, registrando somente o valor e sua percentagem sobre o total da carteira.
- Caso haja operações omitidas, conforme disposto no item acima, as mesmas serão colocadas à disposição dos cotistas no prazo máximo de 90 dias após o encerramento do mês, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez até o prazo máximo de 180 dias dias.
- As informações sobre a composição detalhada da carteira do FUNDO são disponibilizadas diariamente a todos os cotistas via meio eletrônico, facsímile, ou correspondência mediante solicitação do cotista.
- Aos demais interessados a composição da carteira será disponibilizada de forma sintética, mensalmente, na sede do ADMINISTRADOR. Já as demonstrações contábeis do FUNDO devem ser colocadas à disposição de qualquer interessado que as solicitar ao ADMINISTRADOR, no prazo de 90 dias após o encerramento do período.
- Para potenciais cotistas e demais interessados poderão ser prestadas informações relativas ao FUNDO, desde que disponibilizadas aos cotistas, de forma equânime, através dos meios de comunicação constantes neste documento ou mediante solicitação na sede do ADMINISTRADOR.



BNP PARIBAS

 Prospecto de acordo com Código
ANBIMA de Regulação e Melhores
Práticas para os Fundos de Investimento.

Atendimento ao Cotista

Fone: (0xx11) 3049-2820

E-mail: mesadeatendimento@br.bnpparibas.com

Ouvidoria

Fone: 0800-7715999

E-mail: ouvidoria@br.bnpparibas.com



REGULAMENTO DO

BNP PARIBAS TOTAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO

CNPJ/MF nº 07.657.633/0001-16

CAPÍTULO I

DO FUNDO

Artigo 1º - O **BNP PARIBAS TOTAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO**, doravante designado abreviadamente **FUNDO**, é uma comunhão de recursos constituída sob forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração, e regido pelo presente Regulamento bem como pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

CAPÍTULO II

DO PÚBLICO ALVO

Artigo 2º - O **FUNDO** é destinado ao público em geral.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 3º - O **FUNDO** é administrado pelo **BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.**, instituição financeira privada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 9º a 14º andares, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.522.368/0001-82, devidamente autorizado a funcionar no país através da Autorização de Funcionamento nº 96.00639119, datada de 16 de Outubro de 1996, doravante designado **ADMINISTRADOR**.

Artigo 4º - É da competência do **ADMINISTRADOR**:

I – diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem:



- (a) o registro de cotistas;
 - (b) o livro de atas das assembléias gerais;
 - (c) o livro ou lista de presença de cotistas;
 - (d) os pareceres do auditor independente;
 - (e) os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do **FUNDO**; e
 - (f) a documentação relativa às operações do **FUNDO**, pelo prazo de 05 (cinco) anos;
- II – no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso anterior até o término do mesmo;
- III – pagar a multa cominatória, nos termos da legislação vigente, por cada dia de atraso no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação pertinente;
- IV – elaborar e divulgar as informações previstas no Capítulo VII da Instrução CVM nº 409/04;
- V – manter atualizada junto à CVM a lista de prestadores de serviços contratados pelo **FUNDO**, bem como as demais informações cadastrais;
- VI – custear as despesas de propaganda do **FUNDO**, inclusive com a elaboração do Prospecto;
- VII – manter serviço de atendimento ao cotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações;
- VIXII – observar as disposições constantes do Regulamento e do Prospecto;
- IX – cumprir as deliberações da assembléia geral; e,
- X – fiscalizar os serviços prestados por terceiros contratados pelo **FUNDO**.

Artigo 5º - O **ADMINISTRADOR**, ressalvado os poderes conferidos aos prestadores de serviços do **FUNDO** abaixo mencionados, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, bem assim para exercer todos os direitos inerentes aos ativos financeiros e às modalidades operacionais que integrem sua carteira. Poderá, igualmente, abrir e movimentar contas bancárias, adquirir e alienar livremente títulos e valores mobiliários, transigir e praticar, enfim, todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, de acordo com os interesses e objetivos sociais, observadas as limitações legais deste Regulamento.

Parágrafo Único – O **ADMINISTRADOR** é responsável pela administração do **FUNDO** e, sem prejuízo do disposto neste Capítulo, o **ADMINISTRADOR** tem poderes para representar o **FUNDO**, em juízo e fora dele.

Artigo 6º - O **ADMINISTRADOR** pode contratar, em nome do **FUNDO**, com terceiros devidamente habilitados e autorizados, empresas para a prestação dos seguintes serviços:

- (a) gestão da carteira do **FUNDO**;
- (b) consultoria de investimentos;
- (c) atividades de tesouraria, de controle e processamento dos títulos e valores mobiliários;
- (d) distribuição de cotas;
- (e) escrituração da emissão e resgate de cotas;



- (f) agência classificadora de risco;
- (g) custódia de títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros e;
- (h) auditoria independente.

Artigo 7º - A gestão da carteira do **FUNDO** será realizada pela **BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.**, sociedade empresária, registrada por meio do Ato Declaratório CVM nº 5032 datado de 03/09/1998 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.562.663/0001-25, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 14º andar, 04543-000, São Paulo, SP, doravante designada **GESTORA**.

Parágrafo Único – A **GESTORA** poderá exercer todo e qualquer direito inerente aos ativos que compõem a carteira do **FUNDO**, especialmente, mas não se limitando, ao comparecimento e exercício do direito de voto, a seu próprio critério, nas reuniões ou assembléias gerais dos fundos de investimento ou companhias em que o **FUNDO** invista.

Artigo 8º - Os serviços de custódia e escrituração dos títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros do **FUNDO** e o serviço de escrituração de cotas serão realizados pelo próprio **ADMINISTRADOR**, já qualificado acima.

Parágrafo Único – Detalhes sobre os demais prestadores de serviços estão dispostos no Prospecto do **FUNDO**.

Artigo 9º - O **ADMINISTRADOR** e a **GESTORA** estão obrigados a adotar as seguintes normas de conduta:

I – exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições para o **FUNDO**, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses dos cotistas e do **FUNDO**, evitando práticas que possam ferir a relação fiduciária com eles mantida, e respondendo por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas sob sua administração ou gestão;

II – exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades do **FUNDO**, ressalvado o que dispuser o Regulamento sobre a política relativa ao exercício de direito de voto do **FUNDO**; e

III – empregar, na defesa dos direitos dos cotistas, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los, e adotando as medidas judiciais cabíveis.

Parágrafo único - O **ADMINISTRADOR** e a **GESTORA** devem transferir ao **FUNDO** qualquer benefício ou vantagem que possam alcançar em decorrência de sua condição, admitindo-se, contudo, que o administrador e o gestor de fundo de cotas sejam remunerados pelo administrador do fundo investido.

Artigo 10 - O **ADMINISTRADOR** pode renunciar à administração do **FUNDO** mediante imediata convocação de assembléia geral para eleger seu substituto. O **ADMINISTRADOR** deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de liquidação do **FUNDO** pelo **ADMINISTRADOR**.

CAPÍTULO IV

DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO



Artigo 11 - O objetivo precípua do **FUNDO** é atuar no sentido de proporcionar a seus cotistas valorizações de suas cotas mediante aplicações de recursos financeiros em carteira diversificada de ativos financeiros. A alocação do **FUNDO** deverá obedecer as limitações previstas neste Regulamento e na regulamentação em vigor, principalmente no que tange a categoria a que o **FUNDO** pertence. Para os fins deste Regulamento, consideram-se ativos financeiros aqueles elencados no § 1º do artigo 2º da Instrução CVM nº 409/04 e alterações posteriores.

Parágrafo Primeiro – Os Fundos de Investimento em que o **FUNDO** aplica poderão conter ativos cuja liquidação possa se dar por meio da entrega de produtos, mercadorias ou serviços, desde que:

I – sejam negociados em bolsa de mercadorias e futuros que garanta sua liquidação, observado o disposto no §5º do artigo 16 da Instrução CVM nº 409/04 e alterações posteriores; ou

II – sejam objeto de contrato que assegure ao **FUNDO** o direito de sua alienação antes do vencimento, com garantia de instituição financeira ou de sociedade seguradora, observada, neste último caso, a regulamentação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Parágrafo Segundo – Somente poderão compor a carteira do **FUNDO** ativos financeiros admitidos a negociação em bolsa de valores, de mercadorias e futuros, ou registrados em sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”) ou pela CVM, nas suas respectivas áreas de competência. Não dependerão do registro de que trata o *caput*, as cotas de fundos de investimento aberto.

Parágrafo Terceiro – O registro a que se refere o Parágrafo Segundo deste Artigo deverá ser realizado em contas de depósito específicas, abertas diretamente em nome do **FUNDO**.

Artigo 12 - Não obstante a diligência do **ADMINISTRADOR** em colocar em prática a política de investimento delineada neste Capítulo, os investimentos do **FUNDO**, por sua própria natureza, estarão sempre sujeitos a flutuações do mercado e a riscos de crédito, não podendo o **ADMINISTRADOR**, em hipótese alguma, ser responsabilizado por eventual depreciação dos ativos da carteira ou prejuízo em caso de liquidação do **FUNDO** ou resgate de cotas.

Parágrafo Primeiro - As aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia do **ADMINISTRADOR**, nem tampouco, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Parágrafo Segundo - Existe a possibilidade de realização de operações que coloquem em risco o patrimônio líquido do **FUNDO**, podendo ocorrer variações negativas no valor da cota, perda do capital e eventual necessidade de aportes adicionais pelos cotistas.

CAPÍTULO V

DA DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 13 – Deverá ser observado que, no mínimo 95% (noventa e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO** deverá ser alocado em cotas de Fundos de Investimento, conforme definido na Instrução CVM nº 409 e alterações posteriores.



Parágrafo Primeiro – Os restantes 5% (cinco por cento) do patrimônio do **FUNDO** poderão ser mantidos em depósito à vista ou aplicados em:

I - Títulos Públicos Federais;

II - Títulos de Renda Fixa de emissão de instituição financeira; ou

III - Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

Parágrafo Segundo – O **FUNDO** não poderá deter mais de 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido em títulos ou valores mobiliários de emissão do **ADMINISTRADOR**, da **GESTORA** ou de empresa eles ligada, vedada a aquisição de ações do **ADMINISTRADOR**.

Parágrafo Terceiro – O **FUNDO** poderá aplicar até 100% (cem por cento) em cotas de um único fundo de investimento, incluindo aqueles administrados pelo **ADMINISTRADOR**, **GESTORA** ou empresas a eles ligada.

Parágrafo Quarto - O valor das posições do **FUNDO** em contratos derivativos será considerado no cálculo dos limites estabelecidos neste artigo, cumulativamente, em relação: (i) ao emissor do ativo subjacente; e (ii) à contraparte, quando se tratar de derivativos sem garantia de liquidação por câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM.

Parágrafo Quinto - O **FUNDO** poderá investir em Fundos de Investimento que podem realizar operações cujos níveis de exposição a risco em mercados de derivativos seja superior ao seu patrimônio.

Parágrafo Quinto - O **FUNDO** poderá investir em Fundos de Investimento que apliquem em ativos financeiros negociados no exterior.

Parágrafo Sexto – O **ADMINISTRADOR** e a **GESTORA** estão autorizados a atuar, direta ou indiretamente, como contraparte em operações da carteira do **FUNDO**.

Parágrafo Sétimo - O **ADMINISTRADOR** e a **GESTORA** estão autorizados a atuar, direta ou indiretamente, como contraparte em operações da carteira do **FUNDO**.

Artigo 14 - Os limites referidos no Artigo 13 serão cumpridos diariamente, com base no patrimônio líquido do **FUNDO** do dia útil imediatamente anterior.

CAPÍTULO VI

PROCESSO DE ANÁLISE E SELEÇÃO DE ATIVOS

Artigo 15 – O processo de seleção de ativos de Fundos de Investimento ("FIs") administrados tanto pelo **ADMINISTRADOR**, como por outras instituições tem início através de criteriosa análise quantitativa levando-se em conta, mas não se limitando à rentabilidade ajustada ao risco, volatilidade e evolução do patrimônio dos FIs. Posteriormente, o processo é seguido de uma análise qualitativa onde são atribuídas "notas", de 1 a 10, adotando quatro critérios com pesos diferentes: (i) experiência da equipe de gestão de carteira dos FIs; (ii)



estrutura dos gestores de carteira dos FIs; (iii) transparência das informações; e (iv) adequação às normas de controles internos - compliance. De ambas as análises mencionadas resulta-se a pré-seleção dos FIs que poderão compor a carteira do **FUNDO**, os quais são finalmente submetidos ao Comitê de Aprovação da **GESTORA**.

CAPÍTULO VII

DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO DE RISCO E MÉTODOS

UTILIZADOS PARA GERENCIAMENTO

Artigo 16 – A Política de administração de risco e os métodos utilizados para este gerenciamento é realizado da seguinte forma:

- Risco de Mercado: O gerenciamento do risco de mercado assumido pelo **FUNDO** é efetuado principalmente através de duas medidas: perda esperada em cenários de *stress* (*Stress testing*) e *V@R* (*Value at Risk*). A perda esperada em cenários de stress é calculada através da simulação dos efeitos produzidos na carteira frente a cenários de mercado adversos. Os referidos cenários estão baseados no modelo de margens da BM&F que são definidos através do Comitê de Risco da **GESTORA**, e projetam oscilações máximas e mínimas para os mercados em que o **FUNDO** atua. Adicionalmente o gerenciamento de risco é efetuado através da utilização de modelos estatísticos que visam projetar, em condições normais de mercado, a máxima perda provável para o portfólio de investimentos do **FUNDO**, num dado horizonte de tempo, para um intervalo de confiança definido (*V@R* – *Value at Risk*). Estas simulações são efetuadas em base diária, de modo a projetar o risco assumido pelo **FUNDO** com base em sua carteira atualizada.

- Risco de Crédito: A **GESTORA** utiliza uma política de atribuição de limites proporcionais à sua avaliação da qualidade do crédito dos títulos e emissores. Essa política contempla os seguintes critérios:

- Limite (em percentual do patrimônio do **FUNDO**) por emissor ou título;
- Limite (em Reais) por emissor;
- Limite (em percentual do patrimônio do **FUNDO**) por emissor ou títulos na mesma categoria;
- Limite (em percentual) do montante da emissão ou do patrimônio do emissor.

Parágrafo Único – O **FUNDO** não adota nenhuma política específica para administrar os demais riscos. Independente do sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para o investidor.

CAPÍTULO VIII

DA REMUNERAÇÃO AO ADMINISTRADOR

Artigo 17 - O **ADMINISTRADOR**, pela prestação de seus serviços de administração, fará jus a uma taxa de administração de 2,00% a.a. (dois por cento ao ano). A taxa de administração será calculada de forma exponencial por dias úteis sobre o patrimônio líquido diário do **FUNDO** (base 252 dias), independente do resultado deste e que deverá remunerar também os prestadores de serviços relacionados no Artigo 6º, alíneas (a) a (f) deste Regulamento, eventualmente contratados em nome do **FUNDO**.



Parágrafo Primeiro - A taxa de administração será calculada e provisionada diariamente, sendo paga mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido

Parágrafo Segundo – Não será cobrada taxa de ingresso e saída.

Artigo 18 - O **ADMINISTRADOR** perceberá, ainda, a título de taxa de desempenho de 20% (vinte por cento), a ser cobrada semestralmente no último dia útil dos meses de dezembro e junho ou no resgate total ou parcial das cotas (o que ocorrer primeiro), sobre a rentabilidade da carteira líquida de taxa de administração e despesas que exceder à variação do CDI Cetip. A fórmula para cálculo da taxa de performance é :

$$TD = \{VA - [VB \times (1 + CDI)]\} \times 20\%$$

Onde :

TD = Taxa de desempenho

VA = Valor atualizado do investimento após a dedução de todas as despesas, inclusive da taxa de administração na data base da apuração da taxa de desempenho.

VB = Valor base, representado pelo valor do investimento corrigido pela variação do CDI CETIP no período entre a data de aquisição das cotas e a última data base de apuração da taxa de desempenho; ou o valor atualizado do investimento na data em que tenha havido a última cobrança efetiva da taxa de desempenho; ou o valor do investimento caso a data de aquisição de cotas seja posterior a data da última apuração da taxa de desempenho.

CDI = Variação percentual do CDI CETIP desde a data da última apuração da taxa de desempenho; ou variação percentual do CDI CETIP desde a data de aquisição de cotas quando esta for posterior a data da última apuração da taxa de desempenho, ambos representados pelo produtório de 100% (cem por cento) das taxas diárias do CDI CETIP

CDI CETIP = Variação percentual do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, divulgada pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Parágrafo Primeiro - A taxa de desempenho será calculada individualmente em relação a cada cotista e, separadamente por nota de aquisição de cotas.

Parágrafo Segundo - Para efeito do disposto no parágrafo anterior, considera-se nota de aquisição de cotas a totalidade de cotas adquiridas numa mesma data.

Parágrafo Terceiro - A taxa de desempenho será cobrada semestralmente ou no resgate total ou parcial das cotas, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Quarto - A taxa de desempenho será devida sempre que o valor resultante da fórmula definida no *caput* for positivo e que o valor da cota do **FUNDO** for superior ao seu valor por ocasião da última cobrança efetuada.



Parágrafo Quinto – Para efeito do disposto no parágrafo anterior, será considerado como início do período, a última data base utilizada para apuração da taxa de desempenho em que houve o efetivo pagamento, ou a data de aquisição de cotas, e como término do período, a data base da apuração corrente da taxa de desempenho, inclusive, ou a data de resgate parcial ou total de cotas.

Parágrafo Sexto - No caso de aquisição de cotas posterior à última data base, a taxa de desempenho será apurada no período entre a data de aquisição das cotas e a data base da apuração da taxa de desempenho e será devida sempre que o valor resultante da fórmula definida no *caput* for positivo mesmo que o valor da cota do **FUNDO** não seja superior ao seu valor por ocasião da última cobrança efetuada, sendo cobrada independentemente da cobrança da taxa de desempenho incidente sobre as cotas existentes no início do período.

Parágrafo Sétimo - As datas base para efeito de cobrança da taxa de desempenho correspondem ao último dia útil dos meses de dezembro e junho. A data base para efeito de cobrança da taxa de desempenho apuradas em função dos resgates corresponde ao último dia útil do mês em que a apuração for efetuada.

Parágrafo Oitavo - Caso haja resgate parcial ou total de cotas em qualquer data que não as utilizadas para aferição e pagamento da taxa de desempenho semestral, o cálculo será efetuado com base na variação do valor da cota e do CDI CETIP, no período decorrido desde o final do período anterior ou a data de aquisição de cotas quando esta for posterior a data da última apuração da taxa de desempenho, até a data do resgate de cotas.

Parágrafo Nono - A taxa de desempenho será apropriada por dia útil como despesa do **FUNDO** e conseqüentemente refletida no valor divulgado da cota.

CAPÍTULO IX

DOS ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 19 - Constituirão encargos do **FUNDO**, além das remunerações previstas no Capítulo VIII, as seguintes despesas, que lhe poderão ser debitadas diretamente:

I - taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;

II - despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios, e informações periódicas, inclusive extrato mensal;

III - despesas com correspondência de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos cotistas;

IV - honorários e despesas do auditor independente;

V - emolumentos e comissões pagas por operações do **FUNDO**;

VI - honorários de advogados, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao **FUNDO**, se for o caso;



VII – parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores de serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;

VIII – despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto do **FUNDO** pelo **ADMINISTRADOR** ou por seus representantes legalmente constituídos, em assembleias gerais das companhias nas quais o **FUNDO** detenha participação;

IX – despesas com custódia e liquidação de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais;

X – despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários.

Parágrafo Único - Outras despesas não previstas como encargos do **FUNDO**, correrão por conta do **ADMINISTRADOR**.

CAPÍTULO X

DA EMISSÃO E COLOCAÇÃO DE COTAS

Artigo 20 - Na emissão das cotas é utilizado o valor da cota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo cotista ao **ADMINISTRADOR** em sua sede ou dependências.

Parágrafo Primeiro – Os valores máximos e mínimos para as aplicações pelos investidores, assim como o horário limite de movimentação serão aqueles dispostos no Prospecto do **FUNDO**.

Parágrafo Segundo - O **ADMINISTRADOR** poderá, a seu exclusivo critério, inclusive em feriados municipais e estaduais na sede do **ADMINISTRADOR**, suspender ou recusar a admissão de novos condôminos e/ou o recebimento de novos depósitos, no todo ou em parte, em defesa dos interesses do **FUNDO**, sem que para tanto necessite apresentar qualquer tipo de justificativa e desde que a suspensão se aplique indistintamente a novos investidores e cotistas atuais.

Parágrafo Terceiro – A suspensão do recebimento de novas aplicações em 01 (um) dia não impede a reabertura posterior do **FUNDO** para aplicações.

Artigo 21 - As cotas do **FUNDO** terão seu valor calculado diariamente, considerando-se somente os dias úteis, com base em avaliação patrimonial que considere o valor de mercado dos ativos financeiros integrantes da carteira, de acordo com o contido na legislação e regulamentação vigentes.

Parágrafo Único – O valor da cota do dia é resultante da divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de cotas do **FUNDO**, apurados, ambos, no encerramento do dia, assim entendido como o horário do fechamento dos mercados em que o **FUNDO** atue.

Artigo 22 - O ingresso do condômino no **FUNDO** caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de cotistas do **FUNDO**, sendo indispensável sua adesão aos termos deste Regulamento.

Artigo 23 - As cotas do **FUNDO**, que correspondem a frações ideais do mesmo, assumem a forma escritural e são mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, sem emissão de certificado, conforme o caso, podendo ser registradas no Sistema de Quotas de Fundos – SCF da CETIP S.A. – Balcão Organizado



de Ativos e Derivativos.

Parágrafo Único – A cota do **FUNDO** não pode ser objeto de cessão ou transferência, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.

Artigo 24 - A aplicação em cotas do **FUNDO** será efetuada através de débito em conta de investimento, transferência eletrônica disponível – TED ou através de qualquer outra modalidade admitida pela entidade reguladora.

CAPÍTULO XI

DA CARÊNCIA E DO RESGATE DE COTAS

Artigo 25 - Para fins de resgate, as cotas do **FUNDO** terão seu valor diariamente atualizado, contado da data da emissão das cotas.

Parágrafo Único - Os valores máximos e mínimos para resgates, assim como o horário limite de movimentação serão aqueles dispostos no Prospecto do **FUNDO**.

Artigo 26 - O resgate de cotas não se sujeita a prazo de carência e será efetivado no primeiro dia útil subsequente ao da respectiva solicitação pelo condômino, devendo ser utilizado no resgate o valor da cota em vigor no próprio dia da solicitação.

Parágrafo Primeiro - Quando a solicitação, conversão ou liquidação de resgate coincidir com feriado estadual e/ou municipal onde estiver sediado o **ADMINISTRADOR**, as mesmas poderão ser efetivadas no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Segundo - Quando a data da atualização do valor da cota ocorrer em dia não útil, o resgate deve ser efetivado pelo valor em vigor no 1º (primeiro) dia útil subsequente

Parágrafo Terceiro - No caso do **FUNDO** realizar aplicações em fundos de investimento cuja liquidação financeira do resgate não coincida com o disposto no *caput* deste Artigo, especificamente no que se refere a estas aplicações, o pagamento do resgate obedecerá a carência determinada no regulamento do fundo de investimento aplicado.

Artigo 27 – Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira do **FUNDO**, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do **FUNDO** ou do conjunto de cotistas, em prejuízo destes últimos, o **ADMINISTRADOR** poderá declarar o fechamento do **FUNDO** para a realização de resgates, sendo obrigatória a convocação de Assembléia Geral Extraordinária, dentro dos prazos regulamentares, para a deliberação das seguintes possibilidades:

- I – substituição do **ADMINISTRADOR**, do gestor ou de ambos;
- II – reabertura ou manutenção do fechamento do **FUNDO** para resgate;
- III – possibilidade do pagamento de resgate em títulos e valores mobiliários;
- IV – cisão do **FUNDO**; e,
- V – liquidação do **FUNDO**.



Artigo 28 - Na hipótese de, em decorrência de solicitação de resgate de cotas, existir saldo remanescente na respectiva conta de depósito, saldo este que seja inferior ao valor mínimo estabelecido pelo **ADMINISTRADOR**, fica autorizado o **ADMINISTRADOR** a proceder ao resgate automático da totalidade das cotas da aludida conta.

Artigo 29 - O resgate de cotas do **FUNDO** será efetuado através de crédito em conta de investimento, transferência eletrônica disponível – TED ou através de qualquer outra modalidade admitida pela entidade reguladora.

CAPÍTULO XII

POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO

Artigo 30 – A **GESTORA** adota Política de Exercício de Direito de Voto em Assembléias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. Referida Política orienta as decisões da **GESTORA** em Assembléias de detentores de títulos e valores mobiliários que confirmam ao **FUNDO** o direito de voto. Sua versão integral pode ser acessada através do site www.bnpparibas.com.br.

Parágrafo único - A Política de Exercício do Direito de Voto adotada pela **GESTORA** visa atender exclusivamente os interesses dos cotistas dos fundos, levando em conta as melhores práticas de governança. A **GESTORA** pode abster-se do exercício de voto obedecendo as exceções previstas Código Anbid de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento e na sua Política de Exercício de Voto.

CAPÍTULO XIII

DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DE RESULTADOS

Artigo 31 - O **ADMINISTRADOR** do **FUNDO** está obrigado a:

- I – divulgar, diariamente, o valor da cota e do patrimônio líquido do **FUNDO**;
- II – remeter mensalmente aos cotistas extrato da conta, salvo se o cotista expressamente optar pelo não recebimento; e,
- III – disponibilizar, de forma equânime entre todos os cotistas, as informações do **FUNDO**, inclusive as relativas à composição da carteira, mensalmente e em até 10 (dez) dias após o encerramento do mês a que se referir.

Parágrafo Primeiro – Caso o **FUNDO** possua posições ou operações em curso que possam vir a ser prejudicadas pela divulgação prevista no inciso III acima e no parágrafo terceiro abaixo, o demonstrativo da composição da carteira poderá omitir a identificação e quantidade das mesmas, registrando somente o valor e sua percentagem sobre o total da carteira.

Parágrafo Segundo – As operações omitidas com base no parágrafo anterior deverão ser colocadas à disposição dos cotistas no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o encerramento do mês, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez até o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.



Parágrafo Terceiro – As informações sobre a composição detalhada da carteira do **FUNDO** são disponibilizados diariamente a todos os cotistas via meio eletrônico, facsímile, ou correspondência mediante solicitação do cotista.

Parágrafo Quarto - Aos demais interessados a composição da carteira será disponibilizada de forma sintética, mensalmente, na sede do **ADMINISTRADOR**. Já as demonstrações contábeis do **FUNDO** devem ser colocadas à disposição de qualquer interessado que as solicitar ao **ADMINISTRADOR**, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do período.

Parágrafo Quinto – Para potenciais cotistas e demais interessados poderão ser prestadas informações relativas ao **FUNDO**, desde que disponibilizadas aos cotistas, de forma equânime, mediante solicitação na sede do **ADMINISTRADOR**.

Parágrafo Sexto – O serviço de atendimento está à disposição dos cotistas para receber e encaminhar questões relacionadas ao **FUNDO**, pelos seguintes meios:

Telefone: (11) 3049-2820;

Fax: (11) 3049-2860;

Email: mesadeatendimento@br.bnpparibas.com

Endereço para correspondência: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510 – 11º andar

CEP: 04543-906 São Paulo – SP

Artigo 32 – O **ADMINISTRADOR** é obrigado a divulgar imediatamente, através de correspondência a todos os cotistas e de comunicado através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do **FUNDO** ou aos ativos integrantes de sua carteira.

Parágrafo único - Considera-se relevante qualquer ato ou fato que possa influir de modo ponderável no valor das cotas ou na decisão dos investidores de adquirir, alienar ou manter tais cotas.

CAPÍTULO XIV

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 33 – Compete privativamente à assembléia geral deliberar sobre:

- I – as demonstrações contábeis apresentadas pelo **ADMINISTRADOR**;
- II – a substituição do **ADMINISTRADOR**, do gestor ou do custodiante do **FUNDO**;
- III – a fusão, a incorporação, a cisão, a transformação ou a liquidação do **FUNDO**;
- IV – o aumento da taxa de administração;
- V – a alteração da política de investimentos do **FUNDO**; e,
- VI – a alteração do Regulamento.

Artigo 34 – A convocação da assembléia geral deve ser feita por correspondência encaminhada a cada cotista com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência, da data de sua realização.



Parágrafo Primeiro – A correspondência de convocação deve conter obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a assembléia geral bem como o local onde o cotista pode examinar os documentos pertinentes à proposta a ser submetida à apreciação da assembléia.

Parágrafo Segundo – A presença da totalidade dos cotistas supre a falta de convocação e a instalação da assembléia poderá ocorrer com a presença de qualquer número de cotistas.

Parágrafo Terceiro – O **ADMINISTRADOR**, gestor, custodiante, cotista ou grupo de cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de cotas emitidas, poderão convocar a qualquer tempo assembléia geral para deliberar sobre ordem do dia de interesse do **FUNDO** ou dos cotistas.

Artigo 35 – As deliberações da assembléia geral serão tomadas por maioria de votos, cabendo a cada cota 1 (um) voto.

Parágrafo Primeiro – Somente podem votar na assembléia geral os cotistas do **FUNDO** inscritos no registro de cotistas na data da convocação da assembléia, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Parágrafo Segundo – As deliberações da assembléia poderão ser tomadas mediante processo de consulta formal aos cotistas do **FUNDO**, dispensando-se neste caso a necessidade de reunião do cotistas.

Parágrafo Terceiro – Os cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pelo **ADMINISTRADOR** antes do início da assembléia.

Artigo 36 – O **ADMINISTRADOR** deverá encaminhar a cada um dos cotistas do **FUNDO**, resumo das decisões da assembléia geral no prazo de 30 (trinta) dias após a data de sua realização, podendo ser utilizado com forma o extrato de conta.

Parágrafo Único – Caso a assembléia geral seja realizada nos últimos 10 (dez) dias do mês, a comunicação de que trata o *caput* poderá ser efetuada no extrato de conta relativo ao mês seguinte.

CAPÍTULO XV

DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 37 - O **FUNDO** terá escrituração contábil destacada da relativa ao **ADMINISTRADOR**.

Artigo 38 - O exercício social do **FUNDO** tem duração de 12 (doze) meses, com início em 01 de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 39 – As demonstrações contábeis devem ser colocadas à disposição de qualquer interessado que as solicitar ao **ADMINISTRADOR**, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o encerramento do período.

Parágrafo Único - As demonstrações financeiras anuais do **FUNDO** serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.



CAPÍTULO XVI

DA TRIBUTAÇÃO

Artigo 40 – A tributação aplicável aos cotistas do **FUNDO** e ao **FUNDO** será aquela definida pela legislação tributária brasileira. Na data de publicação deste Regulamento, as tributações aplicáveis são:

- Imposto sobre Operações Financeiras – IOF: Incidire sobre o valor do resgate da aplicação com alíquotas decrescentes, sendo a tributação limitada ao rendimento apurado, desde o 1º (primeiro) até o 29º (vigésimo nono) dia a partir da data da aplicação.

- Imposto de Renda – Incide sobre o rendimento da aplicação, descontado o IOF, com alíquotas que vão de 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento), em função do prazo de permanência da aplicação e do prazo médio da carteira do **FUNDO**.

Parágrafo Primeiro - Caso o prazo médio da carteira de títulos do **FUNDO**, definido de acordo com a legislação aplicável, seja inferior à 365 (trezentos e sessenta e cinco dias), as alíquotas aplicáveis são:

I – 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;

II – 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo acima de 181 (cento e oitenta e um) dias.

Independentemente de resgates de cotas, incidirá IR sobre os rendimentos no último dia dos meses de maio e novembro de cada ano à alíquota de 20% (vinte por cento). Por ocasião dos resgates de cotas será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos itens I e II acima.

Parágrafo Segundo - Caso o prazo médio da carteira de títulos do **FUNDO**, definido de acordo com a legislação aplicável, seja superior à 365 (trezentos e sessenta e cinco dias), as alíquotas aplicáveis são:

I – 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;

II – 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias;

III – 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um dias) até 720 (setecentos e vinte) dias;

IV – 15% (quinze por cento), em aplicações com prazo acima de 720 (setecentos e vinte) dias.

Independentemente de resgates de cotas, incidirá IR sobre os rendimentos no último dia dos meses de maio e novembro de cada ano à alíquota de 15% (quinze por cento). Por ocasião dos resgates de cotas será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos itens I a IV acima.

Artigo 41 – O **ADMINISTRADOR** buscará, em conjunto com os objetivos de investimento do **FUNDO**, manter o prazo médio da carteira adequado ao Parágrafo Segundo do Artigo 40. Não obstante, em função de condições de mercado e baseado na sua avaliação da conjuntura, o **ADMINISTRADOR** poderá reduzir o prazo médio da carteira como estratégia de redução de risco da carteira do **FUNDO**. Neste caso, a tributação do **FUNDO** poderá ser a prevista no Parágrafo Primeiro do Artigo 40.

Artigo 42 – Pode haver tratamento tributário diferente de acordo com a natureza jurídica do cotista ou de acordo com a natureza da operação contratada pelo **FUNDO**. O cotista que de acordo com a legislação fiscal



e tributária não estiver sujeito à tributação do Imposto de Renda e do IOF por motivo de isenção, tributação pela alíquota zero, imunidade e outros, deverá apresentar ao **ADMINISTRADOR** documentação comprobatória da sua situação tributária conforme as determinações da legislação.

CAPÍTULO XVII

DA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Artigo 43 - O **FUNDO**, incorporará dividendos, juros sobre capital próprio ou outros rendimentos porventura advindos de ativos e/ou operações que integrem a carteira do **FUNDO**, ao seu patrimônio líquido.

CAPÍTULO XVIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 44 - O **ADMINISTRADOR** e qualquer empresa pertencente ao mesmo grupo econômico do **ADMINISTRADOR**, bem como seus diretores, gerentes e funcionários, poderão ter posições em, ou subscrever, ou operar com um ou mais títulos e valores mobiliários com os quais o **FUNDO** opere ou venha operar.

Artigo 45 - O **FUNDO** realizará as operações através de instituições autorizadas a operar no mercado de títulos e valores mobiliários, ligadas ou não a empresas que pertencem ao mesmo grupo econômico do **ADMINISTRADOR**, podendo adquirir, inclusive, títulos em novos lançamentos registrados para oferta pública ou privada que sejam coordenados, liberados ou de que participem as referidas empresas.

Artigo 46 – Em caso de morte, incapacidade ou extinção de cotista do **FUNDO**, o representante do espólio, do incapaz ou do sucessor exercerá os direitos e cumprirá as obrigações, perante o **ADMINISTRADOR**, que cabiam ao *de cujus* ou ao incapaz, observadas as prescrições legais.

Artigo 47 - Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias relativas ao **FUNDO**, bem como questões decorrentes deste Regulamento.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2010



**TERMO DE ADESÃO E RECEBIMENTO DE REGULAMENTO E PROSPECTO DO
BNP PARIBAS TOTAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO
CNPJ/MF Nº 07.657.633/0001-16**

A(s) pessoa(s) ao final identificada(s), doravante denominada(s) simplesmente “COTISTA(S)”, pelo presente instrumento, decide(m) ingressar como cotista(s) do fundo de investimento acima identificado, doravante denominado simplesmente “**FUNDO**”, pelo que firma(m) o presente Termo de Adesão e Recebimento de Regulamento e Prospecto, declarando expressamente conhecer(em) as normas contidas na legislação pertinente, bem como no Regulamento do **FUNDO**, aderindo formalmente às suas disposições através do presente ato.

Por oportuno, o(s) COTISTA(S) declara(m):

- a) ter(em) recebido, lido atentamente, tomado conhecimento do significado dos termos técnicos constantes do Regulamento e Prospecto, estando ciente da política de investimento e do grau de risco envolvido nas operações realizadas pelo FUNDO;
- b) ter(em) sido sanadas suas eventuais dúvidas;
- c) consequentemente que compreendeu(deram) e aceitou(taram) o Regulamento e Prospecto do FUNDO.

Por tais motivos e em atendimento às determinações da Comissão de Valores Mobiliários, o(s) COTISTA(S) firma(m) o presente termo, também declara(m)-se ciente(s) de que:

- d) as aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia da instituição administradora, do gestor, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer mecanismo de seguro;
- e) a rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros;
- f) o FUNDO aplica em fundos de investimento que em decorrência da política de investimentos adotada pelo gestor prevista em Regulamento e, inclusive pela utilização de estratégias com derivativos, poderá resultar em significativas perdas patrimoniais para seu(s) COTISTA(S), podendo, ainda, acarretar perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do(s) COTISTA(s) de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do FUNDO;

....., de de

COTISTA (Titular):

Razão Social / Nome:

CNPJ / CPF:

COTISTA (Co-Titular):

Razão Social / Nome:

CNPJ / CPF: